



A PRÁTICA PEDAGÓGICA E OS FOCOS DA AGENDA 21 NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O ENSINO SUPERIOR

CEMBRANEL, Priscila¹; SMANEOTO, Cecilia²; LOPES, Luis Felipe Dias³

Palavras-Chave: Prática pedagógica. Ensino superior. Agenda 21. Educação Ambiental.

Introdução

O ensino superior pode ser considerado um dos espaços (em modelos e formas inovadoras), com condições de serem transformados em poderosa estratégia de propagação da cultura ambiental, se os acadêmicos receberem informações constantes sobre o assunto sentir-se-ão convidados a serem agentes dessa mudança. Do mesmo modo, a dedicação dos docentes em sintonia com essa estratégia passaria a ser o agente motivador, o educador ambiental. (MORIN, 2004).

Muitos autores que definem conceitos para a educação ambiental, no entanto percebe-se que se completam e parecem ter um mesmo propósito: o de reeducar as pessoas para que elas não sofram no futuro as conseqüências dos maus tratos ao meio ambiente. Para Leff (2001, p. 85) a racionalidade ambiental é manifestada em comportamentos humanos em harmonia com a natureza democraticamente e culturalmente, afirmando que o comportamento do docente pode influenciar seus discentes à educação ambiental. Já para Dias (2004, p. 100), educação ambiental é propor um meio pelo qual as pessoas aprendam como funciona o ambiente, como os desequilíbrios ambientais afetam o ser humano e como pode ser promovida a sustentabilidade.

Historicamente, o Senado Federal (2003), após diversas discussões, da ocorrência da conferência de Estocolmo, introduziu os temas ecológicos nos currículos de 1º e 2º grau. Aos poucos, com a realização de eventos e conferências, da criação de leis, das Políticas Nacionais do Meio Ambiente e a Constituição Federal a educação ambiental tornou-se um processo para a formação de cidadãos, para que eles pudessem resolver possíveis problemas relacionados ao ambiente biofísico.

¹ Mestranda em Engenharia de Produção PPGEP/UFSM – priscila_cembranel@yahoo.com.br

² Mestre em Desenvolvimento (UNIJUÍ – CAPES), professora, orientadora, consultora, e coach – cissacla12@terra.com.br

³ Doutor em Engenharia de Produção, Professor Associado do Departamento de Administração da UFMS, orientador – llopes67@yahoo.com.br



Educação Ambiental aborda as pretensões em relação ao desenvolvimento de conhecimento, compreensão, habilidades e motivação na aquisição de valores indispensáveis a resolução dos problemas ambientais através de soluções sustentáveis. Para Dias (2004), os objetivos principais: consciência em relação as questões globais, a necessidade de conhecer o funcionamento do meio ambiente, de proteger e identificar alternativas participativas para a resolução de problemas ambientais uma espécie de ciclo de proteção ao meio ambiente por meio de uma reeducação acerca de conceitos como os de cuidado e preservação em relação ao meio ambiente. Desse modo, Barbieri (1997), na década de 90 já afirmava que apesar dos problemas e implicações envolvendo a implementação da Agenda 21 (na época também chamada de Programa/Agenda 21), esta constituía-se em uma ferramenta, um guia para se alcançar o desenvolvimento sustentável podendo esta tornar-se uma prática docente.

Metodologia e/ou Material e Métodos

Vários conselhos vêm sendo criados para que seja possível implantar na sociedade, ações de melhoria relacionadas a eco eficiência e a responsabilidade social. A Agenda 21 é de fácil entendimento e pode ser uma solução para a urgência que o planeta tem de gerar mudanças de comportamento. O meio de perpetuar a Agenda 21 como prática pedagógica é a escola, sendo que o mais eficiente parece ser o Ensino Superior. Neste estudo, a Agenda 21 é abordada como referencial de método para pesquisa e conhecimento através das obras de Eva Maria Lakatos (2006) e Silvio Luiz de Oliveira (2002). Como abordagem para a revisão bibliográfica foram consultados os autores: Edgar Morin (2000), Henrique Leff (2001), Genebaldo Freire Dias (2004), entre outros a fim de abordar aspectos relativos aos saberes na educação, meio ambiente, educação ambiental e sobre a educação do futuro. Também foram utilizados como referências alguns documentos que tratam de Meio Ambiente. Tendo em vista o reconhecimento do governo perante as Agendas 21 locais, tem este estudo o objetivo de propor a Agenda 21 para os docentes de ensino superior como ferramenta na prática pedagógica em sala de aula, a fim de proporcionar aos acadêmicos e aos próprios docentes, a consciência permanente a cerca do saber ambiental disseminando a idéia e relacionando-a com as premissas de Morin (2000) em seus sete saberes.

Resultados e Discussões

Morin (2000) tem o mérito de introduzir uma nova e criativa reflexão no contexto das discussões que estão sendo feitas sobre a educação para o Século XXI. Este estudo, além de discorrer sobre a educação ambiental, sobre a opinião de diversos autores, sobre o meio ambiente e conceituação da Agenda 21 como guia, ferramenta ou prática pedagógica, faz uma



correlação dos conceitos abordados pela obra “Os sete saberes necessários à educação do futuro” com a Educação Ambiental. Na obra, é abordado como primeiro saber, as cegueiras do conhecimento, o erro e a ilusão, onde desenvolvimento do conhecimento científico remete os saberes ambientais como premissa baseada em dados e pesquisas possibilitando a visualização das transformações sem erros ou ilusões. O segundo saber, “princípios do conhecimento permanente”, comenta sobre o grande problema a ser enfrentado na educação do futuro, onde deverão estar evidentes, o contexto, o global, o multidimensional e o complexo.

“Ensinar a condição humana” é o terceiro saber de Morin (2000). Ele condiciona o saber como algo imprescindível a educação futura, dizendo que o ser humano se apresenta sob suas várias formas: histórico, social, cultural, etc. e não deve ser desintegrado da educação e do meio onde vive. Para Morin (2000, p. 47-48), “conhecer o humano é, antes de tudo, situá-lo no universo, e não separá-lo dele”. No quarto saber, “Ensinar a identidade terrena”, Morin (2000) afirma que o destino do gênero humano e seu desenvolvimento é outro aspecto a ser abordado devendo converter-se em um dos principais objetos da educação.

O quinto saber de Morin (2000), “enfrentar as incertezas”, remete a certeza de que entender para onde caminha o planeta significa compreender como viverão as próximas gerações a fim de amenizar as agressões à natureza, preservar, melhorar, de dar continuidade à consciência do ser humano em relação a dependência do planeta do ser racional. “Ensinar a compreensão”, sexto saber vislumbrado por Morin (2000) abrange a delicada missão de fazer perceber como está o meio ambiente e as atitudes de cidadãos relacionadas a preservação e paz de forma intelectual e humana. Finalmente em seu sétimo saber: “a ética do ser humano”, Morin (2000) convoca os indivíduos a cidadania terrestre abordando aspectos éticos de respeito a natureza, os cuidados e trazer a compreensão do professor como mensageiro pelo papel de liderança que exerce em sala de aula através de ensinamentos, informações e conhecimentos sobre o meio ambiente. Ensinar à ética é intrinsecamente ensinar a preservação. Porque se ético, o ser humanos vai cuidar das necessidades de sobrevivência, respeito e lealdade à sua espécie.

Conclusão

A relação das obras de Edgar Morin com a Educação Ambiental, segundo Ramos (2001, p. 202), inserida no cenário educacional através de propostas e programas internacionais, a educação ambiental passa a servir de suporte teórico e técnico para as atividades que se desenvolvem nesta área. Os sete saberes da educação tem relação direta com o saber



ambiental e a prática de uma atitude ambiental do professor. No ensino superior, os acadêmicos se mostram preparados para a discussão e o entendimento da complexidade de saberes ambientais para a prática diária de atitudes corretas e da propagação desse saber com as próprias atitudes e a Agenda 21 pode colaborar para o desenvolvimento de práticas locais.

A proposta de Educação Ambiental para docentes desse estudo é na interdisciplinaridade, agregando em todos os conteúdos a prática da Agenda 21. Precisa necessariamente ser uma política interna nas instituições de ensino, que terão em seus currículos de formação a inserção desse compromisso. A conclusão gratificante deste estudo é ver a possibilidade dos ensinamentos de Morin (2000), respeitado pensador, serem relacionadas a maior preocupação do meio ambiente: Serem os seres humanos inseridos em educação ambiental.

Referências

- DIAS, G. F.. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LEFF, H. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MORIN, E.. **Os sete saberes da Educação do futuro**. São Paulo. Cortez, 2000.
- OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- RAMOS, E. C. Educação ambiental: Origens e Perspectivas. **Revista Educar** Curitiba, v1, n 18, PP. 201-218, 2001.
- SENADO FEDERAL. **Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, Brasília, 2003.